

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA E OS SEUS EFEITOS NO PROCESSO DE  
ENSINO E DE APRENDIZAGEM**

**ARTIGO**

**SULAMITA FERREIRA REIS**

**MARIANA, MG**

**2024**

**SULAMITA FERREIRA REIS**

**A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA E OS SEUS EFEITOS NO PROCESSO DE  
ENSINO E DE APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso - artigo, apresentado como  
requisito parcial para aprovação na disciplina de Seminário  
VII: Conclusão de curso - prof.Dr.:Erisvaldo Pereira dos  
Santos

Orientadora: prof. Dra. Marlice de Oliveira e Nogueira

**MARIANA, MG**

**2024**

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

R375r Reis, Sulamita Ferreira.

A relação família e escola e os seus efeitos no processo de ensino e de aprendizagem. [manuscrito] / Sulamita Ferreira Reis. - 2024.  
26 f.

Orientadora: Profa. Dra. Marlice de Oliveira e Nogueira.  
Produção Científica (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Pedagogia

1. Família - escola. 2. Ensino. 3. Aprendizagem. I. Nogueira, Marlice de Oliveira e. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 37.04

Bibliotecário(a) Responsável: ELIANE APOLINARIO VIEIRA AVELAR - CRB6/3044



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Sulamita Ferreira Reis**

### **A relação família-escola e seus efeitos no processo de ensino e de aprendizagem**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de pedagoga.

Aprovada em 22 de outubro de 2024

#### Membros da banca

Doutora em Educação - Marlice de Oliveira e Nogueira - Orientador(a)- Universidade Federal de Ouro Preto  
Doutor em Educação - Erisvaldo Pereira dos Santos - Universidade Federal de Ouro Preto

Marlice de Oliveira e Nogueira, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 22 de outubro de 2024



Documento assinado eletronicamente por **Marlice de Oliveira e Nogueira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 23/10/2024, às 12:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0799038** e o código CRC **CC3A06BB**.

## RESUMO

Este trabalho é resultado de uma reflexão acerca da relação família e escola no processo de ensino e aprendizagem. O ponto de partida para essa reflexão se deu pelo interesse em identificar e analisar os diferentes fatores presentes, tanto no ambiente familiar quanto escolar, que podem exercer uma influência, seja ela positiva ou negativa, no processo educacional. Dessa forma, o artigo tem como objetivo principal investigar como a parceria escola e família podem ser utilizadas a fim de proporcionar uma educação de qualidade aos indivíduos tendo como base o processo de ensino e aprendizagem. A metodologia utilizada foi uma análise bibliográfica em que foram analisados nove artigos científicos que abordam essa temática nos últimos vinte anos, para objeto de estudo. Observou-se que a interação entre família e escola é vital para o desenvolvimento integral dos alunos, impactando positivamente sua autoestima e aprendizado. Nessa perspectiva, a criação de práticas pedagógicas que valorizem a motivação e respeitem as diferenças, promovendo um ambiente de co-responsabilidade se torna essencial nesse processo. Além disso, ficou evidente que as disparidades socioeconômicas influenciam a participação familiar, e o papel dos avós se destaca em contextos vulneráveis. No entanto, para fortalecer essa parceria, é essencial um diálogo aberto entre pais (ou responsáveis) e educadores, visando superar desafios e construir um ambiente educacional inclusivo e colaborativo.

**Palavras-chave: Família - escola. Ensino. Aprendizagem. Interação.**

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	5
<b>1. ASPECTOS AFETIVOS PSICOSSOCIAIS DA APRENDIZAGEM E A RELAÇÃO COM A FAMÍLIA E ESCOLA</b>	7
<b>2. ACOMPANHAMENTO ESCOLAR PELA FAMÍLIA</b>	12
<b>3. PROCESSO DA PARCERIA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA</b>	16
<b>CONCLUSÃO</b>	22
<b>REFERÊNCIAS</b>	24

## INTRODUÇÃO

A escola e a família são fundamentais na educação e no processo de ensino e aprendizagem de um indivíduo. Brandão (1981) enfatiza a ideia de que a educação não acontece apenas dentro dos muros da escola, mas que ela está presente em todos os aspectos da vida cotidiana. Ele sugere que aprendemos e ensinamos constantemente, em diferentes contextos, e que essa troca e interação é parte fundamental da nossa existência. Assim, a família, como primeira instância socializadora, ensina valores e tradições, enquanto a escola complementa essa formação ao transmitir normas e habilidades sociais.

Dessa forma, ao entrar na escola, a criança leva experiências prévias que podem ser reforçadas ou contestadas no novo ambiente. A colaboração entre as duas maiores instâncias socializadoras – escola e família -, é crucial para garantir uma educação de qualidade e um desenvolvimento harmonioso. Assim, tanto família quanto escola influenciam o aprendizado e o comportamento do sujeito ao longo de sua formação.

A integração dos conhecimentos e experiências adquiridos em casa e na escola potencializa o aprendizado e ajuda a construir uma base sólida para o futuro. A aprendizagem exerce papel fundamental no processo de desenvolvimento do ser humano. Quando um indivíduo aprende, ele elabora uma representação pessoal acerca da realidade em que está inserido, vivenciando um processo de construção social do conhecimento. No entanto, nem sempre esse processo acontece de modo fácil e tranquilo (Costa, 2021, p.16).

A dinâmica familiar exerce uma influência preponderante na facilitação do processo de aprendizado de crianças e jovens, manifestando-se de diversas formas. Entretanto, a relação entre os sistemas familiar e escolar não está isenta de desafios. Muitas vezes, as expectativas e as práticas adotadas por cada um desses contextos podem estar em desacordo, resultando em uma comunicação ineficaz e na fragmentação do processo educativo. Nessa perspectiva, torna-se imperativo que haja uma articulação efetiva entre família e escola, com vistas a maximizar os benefícios do aprendizado e a superar as barreiras que emergem dessa interface.

A cooperação entre a família e a escola é essencial para o desenvolvimento completo dos indivíduos, englobando tanto o sucesso nos estudos quanto a formação de cidadãos ético e responsáveis. Essa combinação resulta em um ambiente favorável ao processo de ensino e aprendizagem, onde as expectativas e valores da família se conectam com os objetivos educacionais da escola. Portanto, é crucial adotar estratégias que fortaleçam essa parceria, o que inclui estabelecer canais eficazes de comunicação e promover atividades em conjunto.

Dessa maneira, o presente trabalho busca debater e refletir acerca da necessidade de um relacionamento saudável entre família e escola com base em seus efeitos no processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, o artigo aborda esses processos a partir de uma pesquisa bibliográfica, na qual foram identificados e consultados nove artigos científicos que abordam essa temática nos últimos vinte anos, para objeto de estudo.

O ponto de partida para essa análise se deu pela necessidade de entender os diferentes fatores presentes, tanto no ambiente familiar quanto escolar, que podem exercer uma influência, seja ela positiva ou negativa, no processo de ensino e aprendizagem. A relação entre família e escola é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, pois a colaboração entre esses dois ambientes fortalece o aprendizado e a socialização.

Com isso, é necessário investigar como o acompanhamento escolar e os aspectos afetivos psicossociais podem oferecer benefícios importantes para a formação dos alunos. Essa investigação pode envolver a busca por estratégias que incentivem a colaboração entre todos os participantes da educação, como professores, diretores, familiares e a instituição de ensino, considerando os desafios e as interações que existem entre esses grupos. Ao tratar desse tema, é fundamental levar em conta tanto os aspectos que favorecem quanto os que dificultam a criação de uma parceria eficaz entre a escola e a família.

Essa pesquisa pode contribuir para aprimorar as práticas educacionais e para estabelecer um ambiente escolar que incentive não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento pessoal, social e emocional dos alunos. Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é investigar como a parceria escola e família podem ser utilizadas a fim de proporcionar uma educação de qualidade aos indivíduos tendo como base o processo de ensino e aprendizagem.

Assim, os objetivos específicos são: analisar como os fatores afetivos psicossociais, presentes tanto na escola quanto na família, como por exemplo a autoestima, motivação e afetividade podem desencadear uma série de contribuições na vida do estudante; identificar como o acompanhamento escolar pela família pode promover benefícios na aprendizagem dos sujeitos; refletir sobre como se dá o processo da família e da escola, levando em consideração os encontros que ocorrem entre essas duas instituições e os desafios que surgem nessa interação, tendo em vista as falhas e dificuldades na comunicação entre os sistemas e a relação de interdependência existente entre as duas instâncias..



Nesse enfoque, este artigo está organizado em três seções, a primeira delas consiste em abordar a influência da autoestima no desenvolvimento das crianças, apresentando tanto os seus pontos positivos quanto negativos. Além disso, a autoestima dos professores é ressaltada, evidenciando como a autoconfiança deles impacta na interação com os alunos e na eficácia do ensino. O texto também enfatiza a relevância da motivação e da afetividade no contexto educacional, reconhecendo que fatores emocionais são essenciais para o aprendizado, afetando tanto as habilidades cognitivas quanto o comportamento social e emocional dos alunos.

Já na segunda seção, destaca-se como o acompanhamento educacional da família como um apoio essencial e que deve ser adaptado às necessidades específicas de cada aluno. O texto menciona que a participação dos pais fortalece o suporte ao estudante e favorece um ambiente propício ao aprendizado, mas reconhece que as condições das famílias são distintas e que nem todas têm a mesma capacidade de apoio. Utilizando a pesquisa de Resende (2008) como base, o capítulo explora como a abordagem do dever de casa varia entre famílias de diferentes classes sociais. Também é mencionado um estudo de Coutrim et al. (2018) que explora o papel dos avós na educação dos netos, especialmente em contextos em que os pais estão ausentes.

Por último, a terceira seção aborda a evolução da família como uma instância social, destacando suas transformações ao longo do tempo e sua relação com a escola. Também é explorada as novas configurações da família contemporânea, incluindo diversas formas de arranjos familiares. A relação entre família e escola, embora essencial, é apresentada como um desafio, com barreiras de comunicação e diferentes compreensões do papel da educação.

## **1. ASPECTOS AFETIVOS PSICOSSOCIAIS DA APRENDIZAGEM E A RELAÇÃO COM A FAMÍLIA E ESCOLA**

A escola e a família desempenham papéis essenciais na educação e no desenvolvimento de um sujeito. A família é o primeiro ambiente social que uma pessoa conhece, onde recebe ensinamentos sobre valores, crenças, culturas e tradições, além de comportamentos que são transmitidos de uma geração para outra. Já a escola, é, geralmente, o segundo ambiente socializador em que um indivíduo é inserido, no qual também se aprende sobre normas, habilidades sociais e atitudes. Ambas as instituições têm uma grande influência na formação do indivíduo e nos seus processos de ensino e aprendizagem.

Ao ingressar na escola, a criança já possui uma bagagem de experiências, vivências e reações que adquiriu em situações do seu cotidiano. A escola pode reforçar positivamente ou negativamente esses procedimentos e comportamentos de conduta, por isso, a parceria entre as duas instituições pode contribuir para uma educação de qualidade aos indivíduos. Perante os vários comportamentos existentes tanto na família quanto na escola, podemos destacar a construção da autoestima. Tavares (2016, p.14) explicita sobre o sentido da expressão autoestima: “A expressão autoestima, além de trazer implícito o sentido de sucesso e de ser capaz, também traz em seu bojo a visão de um indivíduo que se ajusta às constantes mudanças da realidade”. Assim, pode-se considerar que um indivíduo provido de autoestima também possui uma competência para se adaptar às mudanças ao seu redor, com uma postura otimista e segura.

A autoestima possui uma grande contribuição para a formação de personalidade e para os processos de ensino e aprendizagem. A personalidade de um indivíduo se forma a partir das interações e relações que ele tem com a sociedade ao seu redor. Essas interações geram experiências que são importantes para o seu crescimento. Tanto a escola quanto a família desempenham papéis essenciais na construção de uma autoestima saudável, o que, por sua vez, amplia as oportunidades de aprendizagem e a aplicação dos conhecimentos que o aluno adquire ao longo de sua trajetória educacional.

Segundo Costa (2021, p.12), “a autoestima é construída no ambiente e com pessoas de convivência mais próxima, ou seja, é constituída dentro das relações sociais que influenciam a vida de cada ser no seu desenvolvimento natural, podendo ser benéfica ou maléfica. Sendo ela positiva, a criança tem maiores chances de crescimento intelectual, caso contrário, se torna empecilho para a ampliação do intelecto”. Dessa forma, são características da baixa autoestima a desmotivação para estudar, insegurança entre os indivíduos, comportamento agressivo e, conseqüentemente, baixo rendimento escolar.

A autoestima do professor também é um fator crucial no contexto educacional. Quando os professores têm baixa autoestima, eles costumam utilizar abordagens que não ajudam no progresso dos alunos. Em alguns casos, na busca por manter o domínio sobre o conhecimento, esses professores acabam se afastando dos alunos, o que pode piorar ainda mais as questões de baixa autoestima que os próprios alunos já possuem.

Por outro lado, o professor com uma boa autoestima é capaz, tanto de desenvolver em si próprio quanto de oferecer aos alunos, oportunidades para construção de habilidades essenciais que tornam o ensino mais dinâmico e enriquecedor, facilitando uma autêntica troca

de experiências e cooperação na construção do conhecimento. O papel do professor vai muito além do que apenas transmitir conhecimento; ele deve ajudar os alunos a desenvolverem competências como criatividade, iniciativa e capacidades de se adaptar a diferentes situações, utilizando uma comunicação clara e direta. É importante ressaltar que esses comportamentos devem ser demonstrados primeiramente pelo professor, para que possam ser refletidos nos alunos.

A valorização da autoestima é essencial para o desempenho escolar porque cria um ambiente favorável ao aprendizado e ao desenvolvimento de relações sociais saudáveis. Crianças que se sentem incentivadas estão mais propensas a aprender de forma eficaz e a compartilhar seus conhecimentos, tanto na escola quanto em casa. Por isso, é fundamental que os adultos ofereçam apoio de maneira positiva e construtiva, evitando críticas ou situações que possam causar vergonha. O carinho e o incentivo são fundamentais para o avanço educacional da criança.

Outro aspecto também importante no processo de ensino e aprendizagem é a motivação. Segundo Costa e Souza (s.d, p.4), a motivação caracteriza-se como um impulso que faz com que as pessoas ajam para atingir seus objetivos ou também como uma força que se encontra no interior de cada pessoa, estando geralmente ligado a uma aspiração.

Assim, “a motivação abre as portas do conhecimento, do gosto por ter conhecimento de si, do mundo a sua volta valorizando suas qualidades, reconhecendo seus defeitos e sabendo impor suas preferências. Todas essas atitudes podem ser influenciadas tanto pela família como pelo professor. Como é o caso das relações intrínsecas dos aspectos cognitivos com os emocionais, percebendo-se a necessidade de uma disposição afetiva positiva para aprender” (Costa, 2021, p.13). Dessa forma,

Tal disposição é manifestada por atitudes, interesse e confiança nas capacidades cognitivas e pode possibilitar que o aluno alcance um melhor desempenho, uma vez que a cognição e a emoção são fatores-chave na compreensão e no sucesso do indivíduo. Reconhece-se, atualmente, a possibilidade de que alterações afetivas emocionais possam estar no cerne das dificuldades de aprendizagem, de observação lúdica e de desempenho, que o comprometimento emocional inibe os recursos cognitivos da criança, produzindo impossibilidade do uso pleno de seu potencial mental (Costa, 2021, p.13).

Por outro lado, uma pessoa desmotivada não é capaz de possuir uma iniciativa para realizar alguma atividade ou tarefa proposta. “No contexto escolar, a motivação pode

influenciar o modo como o indivíduo utiliza suas capacidades, além de afetar seu pensamento, comportamento social, emocional, aprendizagem e desempenho escolar” (Costa, 2021, p.13).

Outro elemento que também faz parte do processo de ensino e aprendizagem é a afetividade. “A afetividade é a dinâmica mais profunda e complexa de que o ser humano pode participar, ela é a mistura de todos os sentimentos como: amor, motivação, ciúme, raiva e outros, e aprender a cuidar adequadamente de todos nas emoções é que vai proporcionar ao sujeito uma vida emocional plena e equilibrada. Tendo em vista que todo processo de educação significa também a constituição de um sujeito, a criança, seja em casa, na escola ou, em qualquer outro lugar, está se constituindo como ser humano, através de suas experiências com o outro, naquele lugar de vivência, naquele momento” (Sarnoski, 2014, p.1).

Cada indivíduo possui características próprias, com formas específicas de pensar e se comportar. Por isso, a relação entre o professor e o aluno precisa ser positiva, ajudando a tornar o aprendizado mais eficaz. Essa interação se torna ainda mais valiosa quando é permeada pela afetividade. No ambiente escolar, as crianças têm a oportunidade de aprender de maneira mais profunda, assim, a afetividade deve estar presente em todos os segmentos.

Laços afetivos fortalecidos entre professor e aluno resultam em um melhor desempenho escolar. A afetividade se expressa não apenas por gestos físicos, mas também através de conversas sobre as competências dos alunos, reconhecimento de seus esforços e incentivos constantes. Essas interações criam conexões emocionais que ajudam a estabelecer um ambiente acolhedor. O professor tem o papel de orientar o aluno no processo de aprendizagem, promovendo o pensamento crítico, e é essencial que essa relação mantenha um caráter profissional, sempre com o objetivo de aprimorar o aprendizado. A atenção e o envolvimento do professor são cruciais para o êxito dos alunos.

Quando há uma boa conexão entre professores e alunos, o processo de ensino e aprendizado se torna mais eficiente. Isso acontece porque os alunos conseguem entender melhor a importância do que está sendo ensinado e se sentem motivados a procurar informações adicionais. Assim, a aula se transforma em uma experiência interativa e enriquecedora para ambos, facilitando a aquisição de conhecimento. Segundo Sarnoski (2014, p.8)

A afetividade quando demonstrada em sala de aula, resulta em experiências positivas, trazendo benefícios na aprendizagem do aluno. A segurança e confiança depositada no professor são fundamentais para a construção do processo de aprendizagem. O professor também tem a necessidade de ser aceito e respeitado. Diante disso, a necessidade de afeto do aluno e do professor se entrelaça numa relação recíproca que evolui durante o ano letivo, mas no decorrer desse período as necessidades afetivas se modificam e tornam-se cognitivas.

O professor possui a função de estabelecer objetivos bem definidos e alcançáveis para que a pessoa consiga enxergar os benefícios de se envolver nas tarefas propostas. Segundo Sarnoski (2014, p.2)

O aluno precisa sentir vontade de aprender, e o professor é quem pode despertar essa vontade no aluno, a afetividade na educação constitui um importante campo de conhecimento que deve ser explorado pelos professores desde as séries iniciais, uma vez que, por meio dela podemos compreender a razão do comportamento humano, pois, a afetividade é uma grande aliada da aprendizagem.

O gosto pelo aprendizado não é algo que surge espontaneamente nos alunos. Para que isso ocorra, é fundamental que os professores estimulem a curiosidade deles, observando e interagindo com suas ações durante as atividades realizadas em sala de aula. Dessa forma, é essencial a proposição de atividades que visam momentos lúdicos providos de criatividade, imaginação, intuição e de aprender e pensar.

Porque o processo de aprendizagem é pessoal, e a afetividade, assim como a inteligência não aparecem pronta nem permanece imutável. Ambas evoluem ao longo do desenvolvimento: são construídas e se modificam de um período a outro, pois, à medida que o indivíduo se desenvolve as necessidades afetivas se tornam cognitivas, sendo assim, ao aprender o sujeito acrescenta aos conhecimentos que possui novos conhecimentos, fazendo ligações àqueles já existentes (Sarnoski, 2014,p.2).

A afetividade no ambiente escolar desempenha um papel crucial no processo de aprendizagem, já que o professor não se limita apenas a transmitir informações; ele também ouve os alunos e promove um ambiente de interação. É essencial que o professor se atente aos estudantes, ajudando-os a se expressar, a compartilhar suas ideias, a tirar dúvidas e a participar nas decisões.

No entanto, a afetividade não se limita apenas ao contexto escolar; ela também faz parte do ambiente familiar. A falta de afetividade na família muitas vezes não é compensada, nem mesmo reduzida, pela interação com os professores, especialmente quando as crianças começam a frequentar a escola. A ausência de afeto impacta negativamente o desenvolvimento emocional da criança e sua motivação para aprender, levando a dificuldades no relacionamento e a comportamentos desajustados. Isso destaca a importância de um ambiente escolar que valorize a afetividade, já que a falta dela pode dificultar tanto o aprendizado quanto a socialização dos alunos.

Portanto, a afetividade, a motivação e a autoestima são aspectos essenciais no processo de ensino e aprendizagem, pois ajudam a criar um ambiente emocional positivo que facilita a absorção do conhecimento. A afetividade cria vínculos entre alunos e professores, tornando o aprendizado mais relevante e agradável. A motivação estimula os estudantes a se envolverem ativamente nas atividades, aumentando o seu empenho e interesse pelo que está sendo ensinado. A autoestima, por sua vez, aumenta a confiança dos estudantes em suas próprias capacidades, encorajando-os a perseverar mesmo diante de dificuldades.

Nesse enfoque, essas características formam um ciclo de aprendizado mais eficiente, onde os alunos se sentem valorizados e motivados a atingir seus objetivos. A combinação desses elementos contribui para um desenvolvimento integral e enriquecedor no ambiente educacional pois estão intimamente interconectados e desempenham papéis vitais no desenvolvimento das crianças e adolescentes. Na escola e na família, a promoção desses aspectos não apenas contribui para o aprendizado e o desempenho acadêmico, mas também para o bem-estar emocional e social dos indivíduos. É importante que tanto educadores quanto pais estejam atentos a esses fatores, buscando construir ambientes saudáveis e estimulantes para o crescimento integral das crianças.

## **2. ACOMPANHAMENTO ESCOLAR PELA FAMÍLIA**

Segundo as concepções de Tavares e Nogueira (2013), a interação entre família e escola é fundamental para o desenvolvimento integral dos estudantes, exigindo um esforço conjunto e contínuo. O acompanhamento educacional é uma prática relevante que traz benefícios tanto para os alunos quanto para a instituição escolar, podendo incluir participação das famílias em reuniões, em grupos de estudo e ajuda nas tarefas escolares dos filhos. Como cada aluno possui necessidades específicas, esse acompanhamento deve ser adaptado a sua realidade educacional. A participação dos pais é crucial, pois fortalece o suporte ao estudante e favorece um ambiente propício ao seu desenvolvimento, no entanto estudos no campo da sociologia da educação mostram que as famílias não são homogêneas e nem estão igualmente em condições para apoiar as tarefas escolares dos filhos ou as demandas escolares de modo geral. Famílias com pais e mães mais escolarizados estão, geralmente, mais preparados para atender às demandas escolares e desenvolvem um tipo de acompanhamento mais próximo daquele idealizado pelas escolas.

A tarefa de casa, por exemplo, é uma atividade pedagógica que pode favorecer o envolvimento da família, especialmente nos primeiros anos da educação infantil e do ensino fundamental. No artigo de Resende (2008), "Entre Escolas e Famílias: Revelações dos Deveres de Casa", a autora expõe os resultados de uma pesquisa que analisou as concepções e práticas familiares associadas ao dever de casa em dois contextos sociais distintos, considerando as condições materiais e simbólicas que influenciam o apoio dos pais à educação dos filhos. Foram investigadas três turmas da terceira série em Belo Horizonte-MG: duas de colégios privados de prestígio, voltados para alunos de classe média, e uma de uma escola pública estadual, atendendo alunos de camadas populares em um grande aglomerado urbano.

“Por sua vez, a 3ª série foi considerada como momento intermediário no qual, ao lado da participação parental na vida escolar dos filhos, a criança já tem certa autonomia para a realização dos deveres” (Resende, 2008, p.387). Segundo a pesquisa realizada por Resende (2008), uma das turmas era composta por crianças de famílias de baixa renda, enquanto as outras duas eram formadas por alunos de classe média. A maioria das crianças da primeira turma era pertencente às camadas populares e vinham de lares com baixa escolaridade e renda, com pais que frequentemente tinham apenas o ensino fundamental incompleto e trabalhavam em funções mais manuais como serventes, faxineiros e porteiros. As mães normalmente exerciam atividades como empregadas domésticas. Apesar disso, muitos dos entrevistados na escola pública apresentaram um nível mínimo de estabilidade financeira, geralmente assegurado pelo trabalho de ambos os pais.

Em contraste, a maioria dos pais e mães das classes médias possuía ensino superior ou pós-graduação, e muitos avós também tinham acesso à educação superior ou, no mínimo, ao ensino médio. As profissões dos pais refletiam esse nível educacional, com frequência ocupando cargos de nível superior, como engenheiros, médicos, advogados e administradores.

A pesquisa consistiu em duas etapas: a primeira durou cerca de dois meses e incluiu observações em sala de aula e entrevistas com professores e coordenação pedagógica. Na segunda etapa, questionários e entrevistas foram aplicados a mães e pais, revelando predominância de respostas femininas e em pouquíssimos casos por outros adultos (avô, empregada doméstica, irmã, dentre outros).

Sobre os resultados da pesquisa, Resende (2008) demonstra que as famílias das camadas populares atribuem grande importância ao dever de casa, principalmente por seu papel na consolidação do aprendizado e por manter as crianças ativamente ocupadas de forma "produtiva", evitando que fiquem desocupadas. Em contrapartida, as famílias de classes médias tinham uma visão mais ampla, enfatizando aspectos como a formação de hábitos de estudo, a

autonomia, o compromisso e a responsabilidade das crianças. Ademais, consideravam o dever de casa como uma chance para os pais se integrarem à vida escolar dos filhos, facilitando o acompanhamento dos estudos e criando oportunidades para interação e fortalecimento dos laços familiares.

A pesquisa (Resende, 2008) revelou também que os pais investem tempo no acompanhamento dos deveres escolares dos filhos, com variações na participação e no tempo dedicado. Observou-se que, entre as famílias de camada popular analisadas, as mães fazem menos esse acompanhamento, enquanto os pais ocupam essa função com maior frequência. Além disso, outros parentes também participam dessa tarefa, devido às dificuldades que as mães enfrentam, como longas jornadas de trabalho e baixa escolaridade. Essa busca por ajuda de familiares e conhecidos é uma prática comum para suprir as necessidades educacionais dos filhos nas camadas populares.

“Nas escolas privadas, as tarefas que os pais afirmaram exercer com maior frequência indicam um papel, exercido pelos adultos, de apoio e suporte à atividade do filho: ajudar a criança na busca de informações em livros, revistas, enciclopédias, internet, dentre outros; fornecer materiais de consulta e de apoio; esclarecer dúvidas sobre o enunciado das questões; revisar o dever depois de pronto e sugerir correções. Na maior parte dos casos, nesse meio social, os entrevistados afirmaram que as crianças já tinham certa autonomia para a realização das atividades, demonstrando a internalização de hábitos e disposições em relação ao dever de casa” (Resende, 2008, p. 391- 392).

Na escola pública, o apoio dos pais e mães aos deveres de casa diferia daquele desenvolvido por progenitores de colégios privados, com foco em tarefas como lembrar as crianças de realizá-los e garantir que estejam completos. Essa diferença é atribuída à menor internalização do hábito de fazer lição e ao baixo nível de escolaridade dos pais, dificultando o suporte acadêmico. Muitas famílias de camadas populares enfrentam desafios em oferecer esse auxílio devido a suas próprias limitações educacionais. Para contornar isso, algumas recorrem a redes de apoio familiar ou a projetos extras oferecidos pela escola ou externos. Diversas estratégias complementares eram empregadas para fomentar a educação dos filhos,

“Para além da ajuda específica nos deveres, foram identificadas tanto em famílias de camadas médias quanto em famílias de camadas populares: tomar a tabuada, incentivar a leitura, propor exercícios complementares, dentre outras” (Resende, 2008, p.392).

Conforme destacou Resende (2008), as variações na experiência de realização e acompanhamento dos deveres de casa entre famílias e filhos refletem perfis e contextos distintos. Enquanto algumas famílias vivenciam esse processo de forma tranquila, outras



enfrentam tensões e desgastes, que podem ser influenciados pela individualidade das crianças, o tipo de dever, e a dinâmica familiar. As dificuldades frequentemente emergem da dissonância nas formas de socialização, que abarcam estilos de autoridade, organização do tempo e espaço, e a relação com a linguagem escrita e os saberes. Esses fatores impactam diretamente no cumprimento das tarefas escolares. Foi abordado no estudo de Resende,

que nas camadas médias, encontraram-se também distintos perfis familiares, alguns com traços que pareciam entrar em conflito com os valores escolares, tais como a orientação mais lúdica do que ascética, a valorização dos saberes práticos sobre os conhecimentos abstratos, a pequena freqüência de práticas de leitura e de escrita entre os próprios pais. Ou seja, embora, no plano do discurso, tenha se observado um consenso, na população investigada, em torno da importância do dever de casa e de seu acompanhamento pelas famílias, verificou-se também, tanto no grupo de famílias de camadas médias quanto no de camadas populares, a desigualdade de condições para esse acompanhamento (2008, p. 393).

Neste contexto, é notável a persistência de desigualdades que vão além das condições materiais ou das condições simbólicas mais evidentes, como aquelas relacionadas ao capital cultural, que se manifestam nas divergências de nível de escolaridade dos pais dos dois grupos analisados na pesquisa. Também são levados em conta fatores mais amplos, como as práticas e os princípios que influenciam o processo de socialização familiar.

O número de crianças que não faziam o dever ou o faziam de modo incompleto era sempre bastante baixo nessas turmas e muito alto nas turmas da escola pública. O que se verificou é que para se compreender essa diferença precisa ser considerado, dentre outros fatores, o próprio modo como cada escola trabalha com o dever de casa, no âmbito do currículo em ação – modo esse que, por sua vez, relaciona-se com a proposta pedagógica da instituição (Resende, 2008, p.394).

A pesquisa de Resende (2008) comparou também abordagens do dever de casa e revelou que a ele se difere entre as escolas privadas e públicas. Nas privadas, o dever de casa é visto como uma prática enriquecedora, promovendo a participação e autoexpressão dos alunos, enquanto nas públicas é encarado como uma obrigação para progressão, frequentemente negligenciado e com correções passivas. Essa dicotomia reflete uma pedagogia centrada no professor e perpetua desigualdades educacionais. O estudo ressalta a importância de considerar políticas públicas e a formação docente para entender essas discrepâncias nas práticas educativas.

Outro estudo, Coutrim et al (2018) mostra que, em algumas famílias, são os avós que recebem essa função de cuidar da casa e da rotina escolar de seus netos. No artigo intitulado "O papel dos avós nos cuidados com a educação e saúde das crianças", as autoras propuseram uma pesquisa que tinha o seguinte objetivo: Investigar como os agentes de saúde, os professores

e os próprios avós entendem os cuidados e a educação dada pelos avós aos netos. A pesquisa foi realizada em um distrito da cidade de Mariana- Mg.

De acordo com Coutrim et al. (2018, p.102), “os avós que cuidam diariamente de seus netos na ausência temporária ou permanente dos pais são levados a desempenhar tarefas comumente atribuídas aos genitores, como o acompanhamento escolar e os cuidados com a saúde. São os avós que levam as crianças à escola e aos postos de saúde, vão às reuniões com os professores, ministram os medicamentos caso fiquem doentes, além de cuidar da higiene e da alimentação dos netos. Muitos desses avós têm poucos anos de estudo”. “Avós que cuidam do(s) neto(s) para os pais trabalharem, os que assumem a guarda do(s) neto(s) e não contam com a presença dos pais da(s) criança(s), os que dividem os cuidados do(s) neto(s) com a mãe que não trabalha, entre outros” (Coutrim et al., p.107). Foi constatado na pesquisa que é a

avó quem, geralmente, assume o posto de cuidadora, tornando-se a principal fonte de segurança econômica, apoio e afeto para a criança. As falas das professoras e especialistas revelaram um grande reconhecimento do papel dos avós no equilíbrio físico e emocional das crianças. Segundo elas, avô e avó correspondem, em muitos casos de vulnerabilidade social e familiar, à única fonte de estabilidade emocional e cuidado. Por isso, acabam trazendo a segurança e o equilíbrio necessários ao aprendizado dos pequenos (Coutrim et al., 2018, p. 105 e 106).

“No entanto, o cuidado com a comida, a higiene e a saúde é delegado aos avós, já a supervisão e o auxílio nos estudos, as decisões sobre a organização da rotina e os corretivos são deveres dos pais, mais jovens e com maior nível de escolaridade” (Coutrim et al., 2018, p. 108).

Em síntese, a interação entre família e escola é crucial para o desenvolvimento integral dos alunos, e o acompanhamento educacional contínuo beneficia tanto os estudantes quanto as instituições. A pesquisa de Resende (2008) e de Coutrim et al. (2018) demonstram diferenças significativas nas práticas de apoio à educação entre famílias de classes médias e populares, especialmente no que diz respeito ao dever de casa, nos alertando para as desigualdades sociais e educacionais vivenciadas pelos estudantes e por suas famílias. Enquanto as famílias mais favorecidas tendem a engajar-se ativamente no acompanhamento educacional, as famílias de baixa renda enfrentam dificuldades devido à baixa escolaridade e à falta de recursos. Além disso, os avós frequentemente assumem a responsabilidade pelo cuidado e supervisão dos netos na ausência dos pais. Esses fatores revelam desigualdades que se refletem na participação dos alunos nas atividades escolares e na efetividade das práticas pedagógicas nas diferentes escolas, perpetuando disparidades educacionais.

### **3. PROCESSO DA PARCERIA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA**

A família é uma instância social em constante mudança, variando conforme cultura e período histórico. Segundo Ariés (1981), na Idade Média, as crianças eram vistas como adultos em miniatura, mas a partir do século XVII passaram a ser reconhecidas como indivíduos com necessidades específicas, o que aumentou a preocupação com sua educação. No final do século XX, transformações sociais e econômicas redefiniram a função da família, que passou de unidade produtiva para consumidora, destacando o papel dos filhos como objetos de afeto.

Nogueira e Resende (2024) destacam que, a partir do movimento escolanovista no início do século XX, surgiu uma crítica ao ensino tradicional, promovendo pedagogias centradas no aluno. Essa abordagem considera as características das crianças e as vê como ativas no aprendizado, em vez de adultos em miniatura. Atualmente, essa perspectiva enfatiza a integração entre a educação familiar e escolar, buscando alinhar as experiências da criança em casa com os ensinamentos na escola.

“Do mesmo modo, um breve sobrevôo pela economia mostra que — ao longo do tempo — a família passou de unidade de produção a unidade de consumo. Uma conjunção de fatores — dentre os quais se incluem sobretudo a proibição do trabalho infantil, a extensão dos períodos de escolaridade obrigatória e a criação dos sistemas de seguridade social — fez com que os filhos deixassem de representar para os pais uma perspectiva de aumento da renda familiar ou de recurso contra suas inseguranças no momento da velhice. Se ainda hoje eles permanecem como posse dos pais, é menos como futura força de trabalho (para os desfavorecidos) ou como garantia de sucessão (no caso dos favorecidos) e cada vez mais como objeto de afeto e de cuidados, razão de viver, modo de se realizar” (Nogueira, 2005, p. 570).

A transformação da família de uma unidade produtiva para uma unidade consumidora reflete não apenas mudanças sociais e econômicas ao longo do tempo, mas também um profundo redimensionamento do papel das crianças no núcleo familiar e na sociedade. Antigamente, os filhos eram vistos como colaboradores no sustento da família, muitas vezes impossibilitados de usufruir de direitos básicos, como a educação e a proteção contra o trabalho infantil. Contudo, a implementação de políticas públicas, como a proibição do trabalho infantil e a ampliação da escolaridade obrigatória, marcou um ponto de inflexão nesse panorama. Hoje, as crianças são reconhecidas não apenas como dependentes econômicos, mas como sujeitos de direitos, dignos de afeto, cuidado e oportunidades de desenvolvimento.

Além disso, “o próprio conceito de família e as configurações dela têm evoluído para retratar as relações que se estabelecem na sociedade atual. Não existe uma configuração familiar ideal, porque são inúmeras as combinações e formas de interação entre os indivíduos que constituem os diferentes tipos de famílias contemporâneas (Stratton, 2003): nuclear tradicional, recasadas, monoparentais, homossexuais, dentre outras combinações” (Dessen, 2007, p. 23-24).

De acordo com o art. 205 da Constituição Federal de 1988 “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Assim, a Constituição Federal define que a educação é um direito que pertence a todos e uma obrigação do Estado. Isso significa que os estudantes têm o direito de acessar a educação, enquanto os professores têm a tarefa de garantir que esse aprendizado ocorra” (Brasil, 1998).

Além da Constituição Federal, existem ainda duas leis que regulamentam e complementam a do direito à Educação: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). De acordo com o art.22 do Estatuto da Criança e Adolescente “aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e cumprir as determinações judiciais” (Brasil, 1990).

Temos ainda a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996). A Lei Federal 12.796/2013, que altera a LDB 9394/1996 estabelece no seu art. 6º que é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos quatro anos de idade na Educação Básica (Brasil, 2013). Ela determina os princípios e as diretrizes gerais para a educação no Brasil, abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior, que visa proporcionar uma educação equitativa, de qualidade e que respeite a diversidade dentro do contexto brasileiro

Os pais tornam-se, assim, os responsáveis pelos êxitos e fracassos (escolares, profissionais) dos filhos, tomando para si a tarefa de instalá-los da melhor forma possível na sociedade. Para isso mobilizam um conjunto de estratégias visando elevar ao máximo a competitividade e as chances de sucesso do filho, sobretudo face ao sistema escolar, o qual, por sua vez, ganha importância crescente como instância de legitimação individual e de definição dos destinos ocupacionais. Tendo se tornado quase impossível a transmissão direta dos ofícios dos pais aos filhos, o processo de profissionalização passa cada vez mais por agências específicas, dentre as quais a mais importante é, sem dúvida, a escola (Nogueira, 2005, p. 572).

Diante desse novo quadro legal e social, na contemporaneidade, e com a crescente compulsoriedade da escolarização na vida das famílias, a escola assume um papel essencial na sociedade atual. Ela não só deve adaptar-se e responder às demandas externas, mas também ser um agente transformador que promove o desenvolvimento integral de seus alunos e a participação ativa de todos os envolvidos no processo educativo. A escola é crucial para a formação de indivíduos capacitados a prosperar e a contribuir de maneira construtiva em um mundo em constante mutação.

De acordo com Dessen e Polonia (2007, p.26), “a escola é um espaço em que o indivíduo tende a funcionar de maneira preditiva, pois, em sala de aula, há momentos e atividades que são estruturados com objetivos programados e outros mais informais que se estabelecem na interação da pessoa com seu ambiente social”.

Os métodos pedagógicos foram modificados e o aluno passou a ser – pelo menos hipoteticamente – o centro do processo de aprendizagem. Com isso, várias características educativas e pedagógicas foram adaptadas ao ensino do educando. O aluno passou a ser participante ativo e o processo educativo passou a ser contínuo e dividido entre família e escola (Marlice, 2013, p. 48).

“Hoje, mais do que nunca, o discurso da escola afirma a necessidade de se conhecer a família para bem se compreender a criança, assim como para obter uma continuidade entre sua própria ação educacional e a da família” (Nogueira, 2005, p. 573).

A família e a escola são as principais instâncias sociais nas quais a criança está inserida e no interior das quais se constroem os processos de sua socialização, primariamente no meio familiar e, secundariamente, na escola. No entanto, a relação entre essas duas instâncias, ao longo da história, nem sempre ocorreu de modo harmônico e em complementaridade. Tal relação é vista ainda hoje como um desafio e vem sendo modificada segundo o contexto social e de acordo com as mutações vivenciadas, tanto pelas famílias, quanto pelas escolas (Tavares e Nogueira, 2013, p. 43).

No entanto, nem todas as famílias têm condições materiais e culturais para atender às demandas da escola e para acompanhar a escolarização dos filhos da maneira preconizada e esperada pela instituição escolar. As famílias, além de compostas por arranjos diferentes, são também desiguais diante da escola. Nogueira e Resende (2024) revelam as intrincadas e desiguais relações entre diferentes classes sociais e o sistema educacional no Brasil, evidenciando que a promessa de ascensão social por meio da educação é frequentemente frustrada por barreiras estruturais e culturais. A análise permite compreender como as expectativas e experiências educacionais variam amplamente entre as classes populares, médias e elites, ressaltando que a desvalorização das práticas educativas das famílias de baixa renda é um equívoco que perpetua estigmas e desigualdades. Ao mesmo tempo, a busca incessante das classes médias por um status social privilegiado manifesta-se em suas relações com as instituições educacionais, que nem sempre favorecem um diálogo construtivo. Por fim, para que realmente haja um avanço em direção à equidade educacional, é indispensável que as escolas desenvolvam uma abordagem inclusiva, que reconheça e valorize as diferentes realidades e estratégias das famílias, promovendo um ambiente colaborativo que beneficie todos os estudantes, independentemente de sua origem social.

Conforme afirmam Tavares e Nogueira (2013), a complexidade da interação entre escolas e famílias socialmente diversificadas evidencia os desafios das instituições em superar

a reprodução da desigualdade social. Os sociólogos ressaltam a importância das dinâmicas familiares no contexto escolar, defendendo um atendimento individualizado que atenda às especificidades de cada núcleo familiar. Essa perspectiva enfatiza práticas educativas que variam em função de classes sociais, gênero e valores, sugerindo que a relação entre classe social e desempenho escolar é insuficiente para compreender tais interações. As investigações contemporâneas, portanto, focam no impacto das práticas educativas familiares nas dinâmicas escolares, explorando os “microespaços” de interação.

Além disso, as autoras esclarecem que a escola precisa conhecer a realidade do aluno, necessitando, assim, conhecer a família para compreender melhor a criança. Portanto, família e escola participam de um processo gradativo de aproximação, motivado pela necessidade do contexto social de cada época específica. “A relação família-escola engloba as duas maiores instituições sociais da sociedade moderna, conforme vimos acima. Se antes cabia à escola apenas a instrução e à família cabia a educação moral e a socialização de modo mais amplo, tal divisão não se configura da mesma forma nos dias de hoje” (Tavares e Nogueira, 2013, p.48).

Esse fator também influencia nas mudanças dessas relações. E a relação família-escola vem se transformando: a família foi percebendo que o acompanhamento dos estudos é uma necessidade, tanto para verificar o desenvolvimento dos filhos, quanto para estimulá-los. E esse distanciamento pode provocar o desinteresse escolar e, em algumas classes menos favorecidas, pode produzir um sentimento de desvalorização da educação. As ações educativas da família e da escola apresentam funções distintas quanto aos objetivos e conteúdos, porém é inegável afirmar que uma boa relação entre ambas pode favorecer um processo qualitativo de aprendizagem. É necessário que a escola reconheça a importância da colaboração dos pais na história e no desenvolvimento escolar dos alunos, além de, auxiliar as famílias a exercerem o seu papel na educação e na vida profissional de seus filhos (Tavares e Nogueira, 2013, p. 49).

Tavares e Nogueira (2013, p.52) destacam em seu artigo a seguinte questão: “ se tal relação é tão importante, por que escola e família vivem ainda tão distanciadas?”. Assim, elas apresentam o pensamento de alguns autores sobre esse distanciamento. Paro (2000, p. 65) afirma que “parece haver, por um lado, uma incapacidade de compreensão por parte dos pais, daquilo que é transmitido na escola, por outro lado, uma falta de habilidade dos professores para promoverem essa comunicação”. Sá (2001, p.23) destaca que “a família demonstra que possui preocupação e desejo de envolver-se com os assuntos escolares, por outro lado, os discursos dos educadores demonstram o interesse na participação dos pais em situações que acontecem fora dos muros das escolas, como o auxílio nas tarefas de casa” (Tavares e Nogueira, 2013, p.52).

“Essa relação é um grande desafio. O ponto de partida deve ser dado pela escola. A análise realizada neste estudo possibilitou perceber, também, a falta de iniciativa e de preparo dos professores para lidar com as famílias (Tavares e Nogueira, 2013, p. 53). Paro (2000, p. 65) relata que “a reunião de pais é um encontro propício em que os professores poderiam orientar os pais a incentivar e influenciar os filhos a terem bons hábitos de estudo e valorização do saber. Mas percebe-se que os professores não sabem interagir com os pais, sendo a reunião de pais e mestres, muitas vezes, momento de tensão e conflito”.

É importante ressaltar ainda que a dificuldade para criar essas estratégias é proveniente do contexto social e político. As famílias são diferentes e, com isso, exigem a escola de diversas formas. São diversos valores e, em alguns casos, os costumes familiares estão distantes do que a escola costuma valorizar e, com isso, aumenta o distanciamento, pois a família não se vê reconhecida no mundo escolar. Por outro lado, o sistema escolar não cria também formas efetivas de aproximação, desenvolvendo ações pontuais, como “Dia da família na escola”<sup>4</sup>, ações vazias que não levam à construção de laços entre escola e família (Tavares e Nogueira, 2013, p.53).

“Destaca-se, mais uma vez, o papel do professor, pois ele é o agente facilitador desse processo. Ele deve conhecer tanto o funcionamento da escola quanto o histórico social do seu aluno e, com isso, estabelecer estratégias favorecendo o respeito, a compreensão e o desenvolvimento favorável no processo de aprendizagem. No entanto, ressalta-se que o professor, sozinho, não pode ser responsabilizado por esta tarefa tão complexa. A proximidade e interação entre famílias e escolas devem ser pensadas no interior de ações mais amplas das políticas públicas de educação no Brasil” (Tavares e Nogueira, 2013, p. 53).

Conforme Tavares e Nogueira (2013, p.54), “as reuniões organizadas pelas escolas com a participação das famílias possibilitam momentos de troca, crescimento e envolvimento entre as instituições envolvidas no processo de ensino-aprendizagem. Em contextos de reunião, juntos, pais e professores podem construir processos de confiança e cooperação. Por isso, a principal função das reuniões é compartilhar interesses e ações que possam beneficiar o aluno. Não existe um modelo ideal de reunião de pais. Porém é possível definir alguns fatores norteadores para a reunião e, conseqüentemente, uma boa relação entre família e escola. Cooperação, coletividade, parceria e união devem ser os princípios básicos dessa relação. A reunião deve sempre focalizar a troca de informações em que família e escola possam em conjunto elaborar uma solução para os problemas encontrados no cotidiano da escolarização dos filhos. Sendo assim, elas devem ocorrer durante todo o ano, e não somente no fechamento de notas ou para dar “notícias” do rendimento dos alunos”.

Cada família e cada escola possui características e modos de funcionamento distintos. Portanto, as orientações oferecidas devem ser compreendidas como sugestões, e não como

regras obrigatórias. É fundamental que a escola estabeleça objetivos claros e formule perguntas que engajem as famílias. Da mesma forma, é essencial que as famílias se envolvam e colaborem com a escola. Essa interação é crucial, pois a colaboração entre escola e família contribui para o desenvolvimento mútuo.

No entanto, a relação entre escola e família enfrenta desafios, como a falta de comunicação e entendimento mútuo, que pode ser agravada por contextos sociais variados. Freire (1979, p. 18) afirma que “a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. O papel dos educadores é crucial nesse processo, pois devem promover um ambiente colaborativo que reconheça a singularidade de cada família.

A construção de uma relação efetiva entre família e escola não é apenas desejável, mas essencial para a formação integral dos alunos, garantindo que a educação cumpra seu papel transformador na sociedade. A interdependência dessas instituições sociais evidencia a necessidade de práticas educativas que considerem e integrem as especificidades familiares, formando assim um suporte sólido para o desenvolvimento educacional e social da criança.

## CONCLUSÃO

A interação entre família e escola é crucial para o desenvolvimento integral dos alunos, especialmente no combate à baixa autoestima, que afeta o aprendizado. A valorização da autoestima do aluno e do professor cria um ambiente propício para o aprendizado e relacionamentos saudáveis. Crianças motivadas aprendem melhor e transmitem conhecimento de forma mais eficaz. O apoio positivo e construtivo dos adultos, principalmente da família, é essencial para o crescimento educacional e emocional das crianças. Carinho e incentivo são fundamentais para o seu progresso.

Dessa forma, se faz necessária a construção de práticas pedagógicas centradas na motivação, valorização e respeito às diferenças, buscando um ambiente escolar e familiar de corresponsabilidade. Projetos educativos devem fomentar valores e permitir que os estudantes desenvolvam capacidades essenciais para atuar na sociedade com ética e respeito às culturas. O professor desempenha um papel crucial, devendo criar situações em que os alunos se sintam protagonistas de sua aprendizagem e reconheçam suas potencialidades.

A promoção da autoestima, motivação e afetividade deve ser um esforço conjunto entre a escola e a família. Ao implementar estratégias que priorizem essas dimensões, será possível transformar o ambiente educacional em um espaço enriquecedor, propício ao aprendizado e ao



desenvolvimento integral dos alunos. A construção de relações saudáveis e fortalecedoras tem o potencial de impactar positivamente não apenas o desempenho acadêmico, mas também o bem-estar emocional e social das crianças e adolescentes, preparando-os para os desafios futuros de forma mais robusta e confiante.

A análise das interações entre família e escola reforça a ideia de que essa relação é essencial para o desenvolvimento integral dos alunos, destacando a relevância de um acompanhamento educacional adaptado às necessidades de cada estudante. A pesquisa de Resende (2008) e o trabalho de Coutrim et al. (2018) evidenciam as disparidades nas práticas de apoio educacional, revelando que famílias de diferentes estratos socioeconômicos enfrentam desafios distintos em sua participação escolar. As famílias de classe média, geralmente mais escolarizadas e com maior acesso a recursos econômicos, conseguem engajar-se ativamente no processo educativo dos filhos, enquanto as famílias de baixa renda se deparam com barreiras relacionadas à baixa escolaridade e às condições materiais mais desfavoráveis.

Além disso, o papel dos avós emerge como uma resposta às lacunas deixadas pelos pais, assumindo uma função crucial no apoio à rotina escolar das crianças, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Essa dinâmica destaca a importância de políticas educacionais que reconheçam e atendam as particularidades de cada contexto familiar, buscando assegurar que todos os alunos tenham oportunidades equitativas de aprendizado.

A dicotomia observada entre as práticas pedagógicas em escolas privadas e públicas reforça a necessidade de um compromisso mais amplo com a equidade educacional. Para que a interação entre família e escola cumpra seu papel transformador, é fundamental que as instituições educativas não apenas dialoguem ativamente com as famílias, mas também ofereçam suporte e recursos adequados, promovendo uma cultura de colaboração que contemple as singularidades de cada aluno. Assim, será possível avançar na construção de um ambiente educacional mais inclusivo e justo, contribuindo para um desenvolvimento acadêmico e emocional harmonioso para todos os estudantes.

Portanto, para que se reforce a parceria na relação família e escola é necessário que os pais tenham um espaço para expor suas ideias e ouvir os professores. Da mesma forma, os professores devem se expressar e respeitar os pensamentos dos pais. A cooperação consiste em que um se coloque no lugar do outro, em que família e escola se reconheçam como parceiras, como agentes de uma mesma ação: a educação.

É preciso aproveitar os momentos de permanência dos pais na escola e nada melhor do que a reunião de pais e mestres. Porém, tais reuniões precisam ser reformuladas, tornando-se um canal de diálogo onde pais e professores se expressem. E para a realização de uma boa

reunião é necessário um bom planejamento. Com essa análise, percebe-se que a reunião de pais é muito mais importante do que se verifica o seu significado na prática. Nessa relação de cooperação, ela se torna o canal comunicador possível para colocar em prática o diálogo entre família e escola.

Contudo, essa relação frequentemente enfrenta desafios, como a falta de comunicação e de compreensão mútua entre pais e educadores. A escola deve se adaptar e atuar como agente transformador, promovendo a participação dos pais e reconhecendo as diversas formas de configuração familiar existentes na sociedade contemporânea. Os educadores são fundamentais nesse processo, mas não podem ser os únicos responsáveis pelo sucesso da interação entre família e escola.

Estratégias de aproximação e a valorização da diversidade social são essenciais para construir uma parceria efetiva. Propostas como reuniões regulares entre pais e professores podem facilitar a construção de confiança e cooperação, permitindo que cada parte contribua para o desenvolvimento integral da criança. Em suma, a relação entre família e escola é complexa e exige um esforço conjunto para superar desigualdades e promover um processo educativo efetivo.

## REFERÊNCIAS

Ariès, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. São Paulo: LTC-Grupo GEN, 1981.

Brandão, Carlos Rodrigues. O que é educação. **Educação? Educações: Aprender com o índio**. São Paulo: Editora Brasiliense, p.7-12, 1981..

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Art. 205. Brasília, DF, 1988.

Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Diário Oficial da União: Brasília, DF. Art. 22.

Brasil. **Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Seção 1, p. 1. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20112014/2013/lei/112796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2013/lei/112796.htm). Acesso em: 10 set. 2024.

Costa, Léia Trindade. A influência da família no aumento da autoestima dos alunos com ênfase no processo de ensino e aprendizagem. **Revista Interfaces do Conhecimento**, v. 03, n. 03, p. 11-24, set./dez. 2021. ISSN 2674-998X. Barra do Garças - MT.

Costa, Roniely Rodrigues da; Sousa, Leandro Quaresma de. Influência da motivação no processo ensino-aprendizagem. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Ceará, p. 1-12.

Coutrim, Rosa Maria da Exaltação; Figueiredo, Adriana Maria de; Oliveira Júnior, José Antonio de; Resende, Armanda. As relações intergeracionais: o processo coeducativo entre avós e netos na interface com a escola. **REAE - Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v.3, n. 5.5092, p. 100-110, 2018.

Dessen, Maria Auxiliadora; Polonia, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia** (Ribeirão Preto). v. 17. n. 36. p. 21-32. 2007.

Freire, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, p.18, 1979.

Tavares, Camila Mendes, Nogueira, Marlice de Oliveira, Relação família-escola: possibilidades e desafios para a construção de uma parceria. **Formação@docente**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 43-57, jan./jun. 2013.

Nogueira, Maria Alice. A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações sociológicas. **Análise Social**, Lisboa, v. XL, n. 176, p. 563-578, 2005.

Nogueira, Maria Alice e Resende, Tânia Freitas. O estudo da relação família-escola na sociologia da educação. In.Dessen, Maria Auxiliadora e Souza, Oralda Adur (orgs.). **Relação família-escola: as bases para uma cultura colaborativa**. Curitiba: Editora Juruá, p.59-91, 2024.

Polonia, Ana da Costa; Dessen, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 9, n. 2, p. 303-312, 2005.

Paro, V. H. **Qualidade do ensino: A contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000. p.10 65.

Resende, Tânia de Freitas. Entre escolas e famílias: revelações dos deveres de casa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 40, p. 385-398, 2008.

Sá, V. A (não) participação dos pais na escola: a eloquência das ausências. In: Veiga, I. P. A.; Fonseca, M. (orgs). **Dimensões do Projeto Político Pedagógico**. Campinas: Papirus, 2001.

Sarnoski, Eliamara Aparecida. Afetividade no processo ensino-aprendizagem. **Revista de Educação do Ideau**, v. 9, n. 20, p. 1-12, jul.-dez. 2014.

Stratton, P.. Contemporary families as contexts for development. In J. Valsiner & K. Connolly (Orgs.), **Handbook of developmental psychology**. London: Sage, p. 333-357, 2003.

Tavares, Marialva Rossi. **Auto-estima: o que pensam os professores?** São Paulo. Dissertação de Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados, 2016.